

FICHA TÉCNICA

Direção-Executiva	Sergio Andrade
Concepção	Sergio Andrade
Produção	Mariana Calencio e Pedro Alcântara
Comunicação	Talita Perna e Isabella Diniz
Coordenação Administrativa	Mariana Proença

GESTORES PÚBLICOS PARCEIROS

PREFEITURA DE SÃO PAULO (SP)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	Bruna Guerrieri Huszar Debora Maria Mustapha Coelho Thais Martins Domingues
---	---

PREFEITURA DE BANANEIRAS (PB)

Prefeito	Douglas Lucena Moura de Medeiros
-----------------	----------------------------------

Organização parceira	Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) – Desafio junto à Prefeitura de Bananeiras (PB)
-----------------------------	---

Projeto Gráfico	Danilo de Paulo mercurio.studio
------------------------	-----------------------------------

Revisão do conteúdo	Gabriel Barreto
----------------------------	-----------------

SUMÁRIO

05 INTELIGÊNCIA DE DADOS
PARA APRIMORAMENTO
DE POLÍTICAS DE
PROTEÇÃO SOCIAL

14 TRABALHADORES
INFORMAIS: O CASO DOS
ENTREGADORES DE
APLICATIVOS NA
CIDADE DE SÃO PAULO

26 FORTALECIMENTO DA
REDE DE PROTEÇÃO
AOS MAIS VULNERÁVEIS
EM CIDADES DE
PEQUENO PORTE: O
CASO DO MUNICÍPIO DE
BANANEIRAS - PB

INTRODUÇÃO

A pandemia provocada pelo novo coronavírus no início de 2020 desencadeou uma crise sem precedentes em nossa geração. Todos os setores e atividades da sociedade foram de alguma forma impactados pelas medidas adotadas para tentar frear contágios e evitar mortes e estrangulamento nos sistemas de saúde. As consequências sobre as atividades econômicas e a proteção social aos mais vulneráveis são severas e impõem desafios aos governos e à provisão de serviços públicos. Nesse sentido, o Open Master ON provocou gestores públicos parceiros a apresentarem desafios reais do enfrentamento dos efeitos socioeconômicos da pandemia para que os participantes co-produzissem soluções contextualizadas, inovadoras e viáveis.

O Open Master é uma experiência já consolidada em sete edições de sucesso, em que seus participantes construíram soluções para problemas públicos reais, baseados em aprendizagem “mão na massa”, mesclando autonomia no processo de aprendizagem e acompanhamento de mentores e mentoras. O Open Master ON nasce dessa experiência para criar um processo imersivo de aprendizagem focado nos desafios da pandemia da Covid-19. Em um ambiente totalmente online, participantes com diferentes vivências e características, vindos de diversas regiões do país, se reuniram em uma jornada desafiadora. Partindo de problemas trazidos pelas prefeituras participantes, a imersão do Open Master ON investigou experiências desenvolvidas em outras cidades do Brasil e do mundo, consultou referências acadêmicas e realizou entrevistas com gestores, cidadãos e especialistas. As soluções propostas são fruto de um percurso intenso de trocas, acompanhadas de perto pelas prefeituras. Os artigos a seguir materializam a orientação prática do aprendizado e sua ênfase na viabilidade para implementação de soluções construídas durante 60 dias muito estimulantes!

Os participantes se organizaram em três grupos. Dois deles trabalharam desafios apresentados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho de São Paulo: Inteligência de Dados para aprimoramento de políticas de proteção social e Políticas efetivas para trabalhadores informais em meio à pandemia. O terceiro grupo se dedicou a discutir o desafio de Fortalecimento da rede de proteção social aos mais vulneráveis em cidade de pequeno porte, tema trazido pela Prefeitura Municipal de Bananeiras (PB), em parceria com a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS).

Boa leitura!

INTELIGÊNCIA DE DADOS PARA APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

ALESSANDRA PARISI, ALEXANDRE BARBOSA,
ROBERTA LIMA E ROBERTO PADOVANI

RESUMO

Solucionar grandes problemas sociais usando o que existe de tecnologia disponível é um dos grandes desafios sobre os quais pesquisadores, formuladores de políticas públicas, governantes e membros da sociedade civil em geral se debruçaram ao longo dos anos. Como o próprio nome sugere, a solução para problemas complexos é igualmente complexa - não existem caminhos fáceis, tampouco soluções únicas. Para este trabalho em específico, analisou-se o uso da Inteligência de Dados como ferramenta para aprimoramento de políticas de proteção social.

Inicialmente, concentramos nossa análise nos trabalhadores do setor de construção civil. Então, nos restringimos a soluções que estão ao alcance da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET). O primeiro passo foi a abordagem dessa população por meio de entrevistas feitas por telefone. Foram identificados fatores que dificultam a penetração das políticas de proteção social, em especial àquelas voltadas para a capacitação profissional.

Na sequência, a comparação destas respostas com àquelas obtidas por meio da abordagem dos gestores da área - funcionários da SMDet, Cate e Fundação Paulistana - definiu o ponto de partida para a pesquisa: **de que maneira seria possível criar um “mapa da mina” para melhorar a interoperabilidade de dados entre as Secretarias?**

Esta seleção levou em consideração que, para identificar melhor essa população e traçar políticas públicas baseadas em evidências científicas, será preciso fomentar uma estratégia abrangente de dados interna à Secretaria. Isto inclui entender o status quo dos silos de informação, quais são as bases de dados, onde estão armazenadas, quais são os órgãos e pessoas responsáveis, em qual formato estão esses dados e, sobretudo, como e por que esses dados estão sendo utilizados.

CONTEXTO

Seja considerando números absolutos ou uma análise mais subjetiva, é consenso entre muitos pesquisadores e especialistas que os efeitos da pandemia de COVID-19 foram sentidos de maneira desigual entre a população. A vulnerabilidade social, aqui entendida como o entrecruzamento dos fatores multicausais da pobreza, está intimamente ligada ao acesso a serviços governamentais associados principalmente à renda, moradia, saúde, educação e emprego. A partir do recorte selecionado, este trabalho irá apontar caminhos que fortalecerão a ideia de que um tratamento melhor dos dados já disponíveis ao governo pode auxiliar na formulação de políticas públicas efetivas e passíveis de monitoramento. E que, além disso, atendam aos anseios da população e dos já exauridos sistemas públicos, que sofrem com a “ultraespecialização” e departamentalização excessiva.

Com relação à construção civil, dados da PNAD Contínua¹ 2019 mostram que o setor é um dos mais impactados pela informalidade. Apenas no município do São Paulo, cerca de 3,5% da população de informais tem como atividade econômica o serviço de pedreiros. A profissão ocupa o terceiro lugar no ranking das atividades com maior população informal. Existem ainda outras atividades também relacionadas ao setor de construção que possuem uma parcela significativa de informais. Trabalhadores elementares da construção de edifícios (2%), pedreiros e pintores (1,9%) e eletricista de obras e afins (0,9%) são exemplos dessa realidade.

¹ Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua / IBGE

Com isso, buscou-se verificar a realidade dessa população através de entrevistas qualitativas com roteiro estruturado. Foram entrevistadas, ao todo, cinco pessoas. Os perfis variam entre 33 e 45 anos, um deles tendo 80 anos. São moradores da Zona Leste, Sul e Oeste da cidade de São Paulo e atuaram na profissão por pelo menos cinco anos.

Os entrevistados apontaram que buscam novos serviços através de indicação de clientes, sendo que a maioria não recebe nenhum benefício trabalhista. Foi unânime entre eles a intenção de realizar alguma atividade de capacitação, visto que o aprendizado do serviço ocorreu ao longo da vida. Também aspiram melhores condições de trabalho, tal como abrir um estabelecimento e aprimorar seu maquinário. Porém, acreditam que isso dependeria apenas do esforço individual. Um ponto que se destacou nas entrevistas foi que esses trabalhadores demonstraram grande desconfiança dos governantes.

Muitos dos insights apontados pela entrevista refletem o panorama do DIEESE sobre o setor². O estudo mostra que os homens representam 90,1% dos ocupados na construção civil. Desses, menos da metade tem ensino médio completo. Dois terços tiveram, no máximo, três meses de experiência formal de trabalho e 90% não tiveram acesso a um aprendizado estrutural e formal.

Para entender melhor o problema da informalidade na construção civil, foram realizadas entrevistas com profissionais que atuam na SMDet. No escopo de atuação da secretaria há a oferta de cursos de capacitação. Apesar disso, os cursos não alcançam a adesão esperada. Um dos motivos é a falta de conhecimento sobre a territorialidade destes trabalhadores. Alguns fatores ajudam a explicar o problema. Existem silos de informação na estrutura pública. Além disso, falta interação entre os diversos órgãos pertinentes e há muita rotatividade de funcionários, o que prejudica o conhecimento sobre os dados.

Nas conversas com os gestores identificou-se que não existe uma cultura de valorização de dados. Ao mesmo tempo, falta comunicação e interação dentro e entre secretarias. Também não existe uma metodologia de gerenciamento de projetos definida. Na prática, as políticas não são baseadas em evidências. Além disso, há uma enorme dificuldade em acessar informações, incluindo dados internos da prefeitura, até dados sobre a prefeitura que estão em outras esferas governamentais.

² Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq95trabconstrucaocivil/index.html?page=3>

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

O problema macro: os invisíveis ao trabalho e ao Estado

Foi identificada uma dificuldade de acesso da estrutura governamental aos trabalhadores informais. Por isso, é comum que o Governo não consiga desenhar políticas públicas baseadas nas necessidades imediatas da população. Ainda, quando isso é alcançado, não é possível determinar onde o público alvo da política está localizado geograficamente. A mensuração dos resultados das políticas também se configura num desafio para a gestão pública.

Isto sem considerar os “desdocumentados”, os “invisíveis” ao Estado. Estes não possuem qualquer tipo de documento de identificação válido. Além disso, dentro da estrutura governamental, as políticas voltadas para esta parcela da população não estão no escopo de atuação da SMDT.

Nas entrevistas realizadas com gestores da prefeitura existem menções à base de dados que circulam entre as secretarias. Dados da PNAD, do CATE, e do trabalho realizado pelo Observa Sampa são exemplos. Apesar disso, foi identificada a existência de “lacunas basilares” quanto à integração, gestão, governança e interoperabilidade dos dados numa perspectiva ampla.

O problema micro: desvalorização da cultura de dados no nível organizacional

A dificuldade de monitoramento das políticas públicas é percebida em diversos níveis. Apesar de existir um significativo número de cursos fornecidos pela SMDT, a falta de georreferenciamento dos dados diminui a eficiência de sua alocação. No modelo atual é impossível para a Secretaria identificar em quais territórios os cursos atingiriam quem mais necessitam deles. Para além das dificuldades técnicas que envolvem o georreferenciamento dos dados, há pouco diálogo entre a população interessada e os órgãos municipais. Ou seja, as demandas da população não são transformadas em políticas públicas de forma eficiente.

Internamente, as Secretarias também sofrem com a existência de silos de informação. A estrutura do corpo de funcionários das Secretarias, onde há desproporcionalidade entre concursados e funcionários sob regime de contrato, dificulta a fundação de uma memória institucionalizada dos dados. Colaboram para este problema as frequentes trocas de gestão nas diferentes pastas. Com isso, os poucos funcionários concursados que atuam nessas Secretarias acabam se tornando a “memória viva” das informações. Isso os sobrecarrega e contribui para o reforço dos silos de informação. O resultado é um ciclo vicioso na má gestão da informação na administração pública.

O QUE PRECISA MUDAR?

É importante frisar que, para endereçar as políticas públicas de forma inteligente, existem medidas que a SMDet pode tomar isoladamente. Porém, mudanças estruturais e supralocais são fundamentais. É preciso tomar como exemplo uma completa reestruturação do sistema de identificação brasileiro e dos cadastros administrativos. No nível da Secretaria, o uso dos dados tem de deixar de ser visto e analisado como questão exógena. É chave construir e estabelecer uma boa estratégia de dados.

SOLUÇÕES E VIABILIDADE

Para endereçar os problemas anteriormente descritos, refletiu-se bastante em como sanar problemas de forma pontual, mas com potencial real de impacto. No entanto, devido às diversas incertezas conjunturais e o risco de soluções insustentáveis, buscou-se contribuir para a construção de uma estratégia de dados interna da SMDet. De antemão, é notório que, embora não fosse o ideal, o grupo optou por desenvolver um esquema de diretrizes de ações para a SMDet. Buscamos iniciar alguns dos passos abaixo listados, de forma a orientar a sua adoção.

Ademais, trabalhadores informais podem se beneficiar na ponta. Em um cenário ideal, a melhoria da comunicação gera maior envolvimento deles com o Governo. Inclusive, promove o entendimento e participação dessas pessoas na formulação das políticas públicas, trazendo maior confiança para o processo e mais confiança no Governo.

5 PASSOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE DADOS INTERNA DA SMDet

- + Buscar benchmarks internacionais;
- + Mapear os marcos regulatórios vigentes;
- + Entender o status quo;
- + Definir visão e metas;
- + Estabelecer uma boa governança de dados.

#1 Primeiro passo: buscar benchmarks internacionais

Do ponto de vista internacional, destacamos como modelo o chamado ISA, implementado pela União Europeia. No website³, são

³ Disponível em: < https://ec.europa.eu/isa2/home_en >

disponibilizados documentos-guia para a implementação da interoperabilidade de dados na administração pública. O objetivo é auxiliar os Estados-Membro a desenvolver processos e diretrizes para governança e gestão da informação, e apoiar projetos e iniciativas de implementação de políticas relacionadas.

Para tanto, os manuais e documentos do ISA chamam atenção para algumas práticas consideradas “padrão-ouro” para uma boa gestão de dados. São consideradas quatro dimensões sobre as quais a interoperabilidade de dados pode atuar no âmbito público: a) acordos formais e marcos regulatórios (i.e. um único acordo de nível de serviço válido para os públicos que utilizam o serviço); b) governança e estruturas (investimento, parcerias e protocolos); c) uniformização (padronização e equilíbrio entre consistência e flexibilidade); d) desenho e abordagem da implementação (foco no cidadão, reutilização de infraestruturas, estruturas piloto e escaláveis); e) envolvimento dos agentes (atores políticos, fornecedores do setor privado e participação da sociedade civil).

Resumidamente: a governança de dados no âmbito da cidade pode ser dividida em seis pilares: o contexto do projeto; identificação dos dados; a coleta e a geração dos dados; o compartilhamento e gestão dos dados; o uso; e o legado dos dados (Paskaleva *et al.* 2017).

#2 Segundo passo: mapear os marcos regulatórios e diretrizes vigentes

Antes da adequação, é preciso mapear os marcos regulatórios e diretrizes do país no sobre o uso e compartilhamento de dados. Alguns de grande relevância estão listados a seguir:

- ⊕ Padrões de Interoperabilidade do Governo (e-Ping): Atribui políticas gerais nas dimensões técnica, semântica e organizacional;
- ⊕ Lei 12526/2011: Lei de Acesso à Informação;
- ⊕ Decreto 8777/2016: institui a Política de Dados Abertos;
- ⊕ PL 3443/2019: ainda em tramitação, o PL de Governo Digital (Dispõe sobre a Prestação Digital dos Serviços Públicos na Administração Pública - Governo Digital);
- ⊕ Decreto 10046/2019: Institui o Comitê Central de Governança de Dados, bem como o Cadastro Base do Cidadão;
- ⊕ Decreto 10047/2019: Dispõe sobre a governança do Cadastro Nacional de Informações Sociais e institui o programa Observatório de Previdência e Informações no âmbito do Cadastro Nacional de Informações Sociais;
- ⊕ Decreto 10332/2020: Estratégia de Transformação Digital do Governo;
- ⊕ Lei 13709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

- + **Decreto 64790/2020: Institui a Central de Dados do Estado de São Paulo – CDESP; a Plataforma Única de Acesso – PUA e o Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.**

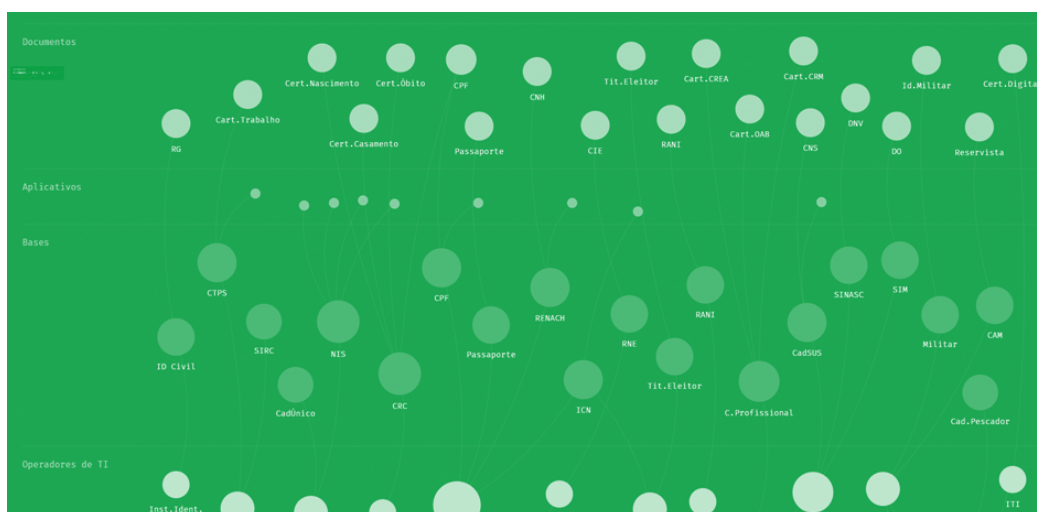
Vale ressaltar que não basta mapear os instrumentos normativos. É necessário delinear ações que garantam essa adequação. Por exemplo, vale questionar se existe algum ato jurídico de adequação aos padrões de interoperabilidade do governo, o plano de dados abertos ou a LGPD?

#3 Terceiro passo: entender a nível organizacional o status quo

É fundamental que seja de fácil compreensão como as informações são geradas, tratadas e utilizadas no âmbito da secretaria. É chave entender como a SMDet está alinhada e adequada aos marcos regulatórios mencionados e como suas respectivas bases de dados estão estruturadas.

A Coordenadoria de Trabalho é responsável pela gestão CATE, bem como por políticas e programas como o Programa Operação Trabalho (POT) e Bolsa Trabalho (BT). Já no âmbito da Desenvolvimento Econômico, a Coordenadoria toca a execução dos projetos que visam qualificação profissional. É necessário entender pontos fundamentais: Como esses dados estão sendo usados na implementação? Como os dados coletados na implementação retroalimentam as políticas da SMDet? Ainda tendo o CATE como exemplo, os documentos e dados requisitados na solicitação do serviço são diversos: CPF, RG, Carteira de Trabalho, PIS, PASEP, NIS ou NIT.

Uma ótima forma de viabilizar essa compreensão é utilizar ferramentas de visualização dos dados. Um exemplo é o Mapa da Informação, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, em que expõe os silos de informações relacionadas aos registros civis, identidades civis e cadastros administrativos.



#4 Quarto passo: definir visão e metas

É essencial que haja clareza no que se entende como inovação e como usar os dados que se busca acumular e tratar. Parece evidente que o objetivo dessa estratégia seria a identificação dos trabalhadores informais. Mas é chave ter metas e métricas condizentes à realidade da SMDET.

Em forma de manifesto, a Secretaria poderia estruturar uma visão coletiva sobre inovação e os princípios adotados na estratégia de dados, inclusive contando com participação da sociedade civil. Essa visão poderia incluir os seguintes princípios: 1. Privacidade primeiro; 2. Dados e interfaces abertas; 3. Padrões abertos; 4. Compartilhamento quando possível; 5. Interfaces modulares; e 6. Segurança em todo ciclo de vida.

#5 Quinto passo: estabelecer uma boa governança de dados

Tratamos governança de dados aqui como a estrutura que toma decisões com relação ao uso dos dados que impacta o bem comum. Neste caso, ela tem dimensões internas e externas. Algumas considerações:

Criar estruturas institucionais de colaboração sobre dados

Tratando de dados relacionados à emprego e renda, é chave que a SMDET seja proativa na busca e sistematização desta informação. Isso pode envolver grupos de trabalho inter-secretariais e também a Comissão Municipal de Emprego, ObservaSampa e GeoSampa. Desta forma, é possível trazer luz aos dados que não estão sob domínio do governo, mas que são de interesse público.

Aproximação com quem trabalha com inovação na prefeitura

Estabelecer acordos de cooperação técnica com o O11.Lab e a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia pode envolver a troca de expertises, a colaboração e desenvolvimento de projetos e a capacitação. Exemplos de projetos do laboratório de inovação em governo incluem cartografia social, oficinas de dados abertos, capacitação em habilidades digitais, etc. Pode-se também estabelecer um canal de troca de expertise com comitês de governança de dados, como no caso do governo do Estado de São Paulo, em que há viabilidade política.

Elaborar um modelo de solicitação de informação amigável e padrão

Baseados na Lei de Acesso à Informação, o Plano Nacional de Dados Abertos e a Lei Geral de Proteção de dados, a SMDET pode solicitar o acesso a dados com os propósitos bem delineados (como parte da construção da visão).

Por exemplo, no caso da pandemia, seria oportuno um requerimento aos órgãos responsáveis pela gestão e operação do Auxílio Emergencial (DataPrev, Ministério da Cidadania e Caixa Econômica Federal) para utilização da recém criada base de dados dos trabalhadores informais não inseridos no CadÚnico, com as devidas necessidades e finalidades bem definidas. Essas informações seriam valiosas para garantir a formulação de políticas públicas eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas mudanças demandam capacidade organizacional, técnica e política. No curto prazo, esta estratégia pode catalisar, por meio de oficinas e palestras, a necessidade de se apropriar das tendências tecnológicas e informacionais no âmbito da SMDDET.

BIBLIOGRAFIA

A Construção Civil e os Trabalhadores: panorama dos anos recentes – DIEESE, 2020. [Acessível aqui.](#)

Towards interoperability in the public sector. BUYLE, Raf. Ghent University - imec, IDLab, Department of Electronics and Information Systems Technologiepark 15, 9052 Ghent, Belgium European Interoperability Framework Implementation - Recommendations for Organising Interoperable Digital Public Services. [Acessível aqui.](#)

NEW EUROPEAN INTEROPERABILITY FRAMEWORK - Connecting Public Administrations, Businesses and Citizens. [Acessível aqui.](#)
EIF ROADMAP - How to Develop a New Integrated Public Service. [Acessível aqui.](#)

ISA² - Fostering Semantic Interoperability between public administrations in Europe. [Acessível aqui.](#)

Paskaleva, Krassimira and Evans, James and Martin, Christopher and Linjordet, Trond and Yang, Dujuan and Karvonen, Andrew (2017) 'Data governance in the sustainable smart city', *Informatics.*, 4 (4). p. 41.

TRABALHADORES INFORMAIS: O CASO DOS ENTREGADORES DE APLICATIVOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

ALINNE NUNES CHRISTOFFOLI, CAIO CORADI MOMESSO,
MARIA CRISTINA ALVES, SCARLETT RODRIGUES DA CUNHA

RESUMO

Este estudo buscou analisar a realidade dos entregadores por aplicativos da cidade de São Paulo. O ramo tem crescido especialmente durante a pandemia, que intensificou as desigualdades e vulnerabilidades já existentes. A fim de identificar as demandas e necessidades desses trabalhadores, foi realizado um levantamento bibliográfico e uma entrevista. A partir da análise das informações coletadas, confirmou-se a existência de uma série de desafios enfrentados cotidianamente. Dentre eles, temos um impacto significativo na saúde física e mental. Os problemas derivam da lógica do trabalho, mas também da ausência de um espaço seguro e adequado para necessidades básicas durante a espera dos pedidos. Nesse contexto, os autores propuseram soluções passíveis de execução por parte do Poder Público, a fim de mitigar um dos efeitos do trabalho precário dos entregadores advindos da informalidade: pontos de descompressão (um conjunto de espaços em diferentes regiões da cidade com subsídios que permitam a alimentação, uso de banheiros e descanso seguro) e a constituição de um “selo de boas práticas”, que reconhece e estimula a responsabilidade social empresarial na promoção do trabalho decente nesse ramo.

CONTEXTO

O ano de 2020 foi marcado por um evento que alterou a dinâmica social globalmente, proporcionando novos desafios a serem superados. Em março deste ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia por Coronavírus (Covid-19)¹.

O Brasil adota o isolamento social como medida de contenção há praticamente seis meses. Apesar disso, o país estava no segundo lugar mundial em número de óbitos² durante o mês de setembro, com o total de 131.210³, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Crises sanitárias causam efeitos devastadores em países com níveis alarmantes de desigualdades. No caso do Brasil, a pandemia revelou ainda mais nossos problemas estruturais, especialmente no que tange à saúde, educação, moradia e trabalho. Este último ponto, um indicador de desigualdades, foi diretamente impactado. Grupos que já apresentavam um estado de vulnerabilidade resultante de fatores anteriores, como os efeitos da globalização⁴, foram mais afetados. A pandemia se somou às mudanças tecnológicas e organizacionais, fomentando uma nova lógica de trabalho.

Nesse aspecto, é importante retomarmos a noção de flexibilização, que se reforçou com a rotatividade, fragilização de vínculos, dificuldades de inserção e permanência no mercado e o fim das carreiras, constituindo um cenário de inseguranças. Com isso, temos o desemprego e informalidade atingindo níveis alarmantes e uma ascensão do trabalho precário. Em resposta aos efeitos da pandemia, foram adotadas medidas urgentes. Suspensão de contratos, redução de jornada, de salários e demissões, acentuam os desafios que precisam ser superados. Essa realidade afeta fortemente na população jovem, em que o trabalho, para além de ser um marcador social para a vida adulta, é um caminho para alcançar a independência e sobrevivência⁵. Mergulhados neste mar de incertezas e inseguranças, vemos a taxa de desemprego entre os jovens (18 a 24 anos) atingir 23,8% no final de 2019, de acordo com o IBGE. Considerando o cenário de pandemia, a taxa atingiu 27,1%⁶.

1 OMS decreta pandemia do novo Coronavírus - Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>>. Acesso em: 13 set. 2020.

2 Coronavirus Resource Center - Johns Hopkins University & Medicine - Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em: 13 set. 2020.

3 Coronavirus Brasil - Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2020.

4 A globalização, acima de tudo, proporcionou ao campo da economia a dominação da totalidade da vida humana, que foi assolada pela individualização do mundo social, transferindo a responsabilidade de futuro apenas ao próprio indivíduo, que será o único responsável pelo sucesso ou fracasso.

5 Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre opinião dos jovens brasileiros - Participatório Observatório Participativo da Juventude (2013) - Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/estatisticas/agenda_juventude_brasil_vs_jan2014.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

6 IBGE: Taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre - Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20entre,2%25%20do%20pa%C3%ADs%20no%20per%C3%ADodo>>. Acesso em: 13 set. 2020.

no primeiro trimestre de 2020, bem acima da média do país – que nesse período ficou em 12,2%, mas vem aumentando.⁷

No que toca à informalidade, vale destacar que já em 2019, segundo pesquisa feita pela consultoria IDados, 89% dos jovens (18 a 24 anos) estavam na informalidade⁸. Agravando esse cenário, 68% dos empregos perdidos no segundo trimestre de 2020 foram dentro da informalidade.⁹ Isso nos faz refletir sobre o alcance e a fragilidade da informalidade, entendida como uma alternativa à sobrevivência “viração” (Telles, 2006), ainda que sem proteção social ou direitos.

Estamos diante de uma janela de oportunidade para alavancar ações e iniciativas em torno da redução de desigualdades por meio de políticas públicas com capacidade de replicação e ampliação de boas práticas. Esse é o momento em que todos os atores da sociedade devem buscar medidas e soluções que garantam a preservação da saúde e dos direitos dos cidadãos, dando transparência aos processos e exercendo a responsabilidade social.

Nesse contexto, propomos como público-alvo deste Desafio Open Master ON os jovens entregadores de aplicativos na cidade de São Paulo. Além da precariedade e informalidade, a pandemia expôs esses trabalhadores a situações de risco pela intensidade e aumento de circulação. Dados mostram que havia 693 mil motociclistas ocupados no Brasil em 2019, saltando para 917 mil moto-boys e entregadores em maio de 2020¹⁰. De acordo com o relatório “Levantamentos sobre trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil” (UFBA, 2020)¹¹, que entrevistou 103 entregadores (motociclistas e moto-boys) das cinco regiões do Brasil, 30,1% dos entrevistados começaram a trabalhar com entregas por aplicativos durante a pandemia, o que demonstra uma adesão considerável em meio à crise.¹² Apesar de ser um trabalho bem conhecido, espe-

7 No segundo trimestre, a média do país subiu para 13,3%, atingindo 12,8 milhões de pessoas. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) - Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>>. Acesso em: 13 set. 2020.

8 Informações dos dados sobre emprego informal entre jovens via Consultoria IDados - Disponível em: <<https://idados.id/levantamento-da-consultoria-idados-sobre-emprego-informal-entre-os-jovens-e-pauta-no-jornal-valor-economico/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

9 Ao mesmo tempo, vale destacar que os empregos formais também apresentaram uma queda, mas não de forma tão abrupta como na informalidade - Os dados do desemprego e a fragilidade do trabalho informal - Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/08/06/0s-dados-do-desemprego-e-a-fragilidade-do-trabalho-informal>>. Acesso em: 15 set. 2020.

10 Pnad Contínua - Covid (2020).

11 Levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil - Universidade Federal da Bahia - Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Applicativos-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

12 Esse dado demonstra como a pandemia tem intensificado a necessidade de trabalhos no âmbito da informalidade, a fim de garantir a sobrevivência em um momento de recessão econômica. O cenário já demonstrava preocupação frente às relações de trabalho, mas com a crise sanitária, além de trazer a tona todos os problemas e desafios já existentes, incorporou algumas peculiaridades particulares advindas da necessidade de proteger esses trabalhadores durante sua jornada, além de buscar fornecer instrumentos e mecanismos que garantam a qualidade de vida, resgatem o trabalho decente e que perdurem para além da pandemia.

cialmente no contexto atual, os trabalhadores ainda não possuem políticas públicas específicas. É preciso um olhar cuidadoso e sensível dos atores públicos. Investir em políticas públicas destinadas a esses trabalhadores é alcançar a sociedade “na ponta”, além de proporcionar um legado importante para o território.

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

Impactos na saúde física e mental dos trabalhadores por aplicativos

Ao pensar em uma solução viável a partir do recorte realizado, nos deparamos com a ausência de dados e informações sobre esses trabalhadores no território, apesar de ser um serviço bem conhecido e utilizado. Então, um dos ganhos deste exercício foi realizar um diagnóstico do perfil dos entregadores. Isso foi realizado por meio de revisão bibliográfica e entrevista em profundidade com uma entregadora, conduzida em agosto. Também foi levantado um mapeamento da atividade, suas necessidades e demandas. Com isso, a temática foi trazida para a agenda do Poder Público.

Segundo uma pesquisa realizada pela Aliança Bike em 2019 na cidade de São Paulo¹³ com 270 trabalhadores por bicicleta em entrevistas estruturadas, 50% da amostra possui até 22 anos (média de 24 anos e o mais novo entrevistado possui 16 anos). No quesito escolaridade, 53% estão no Ensino Médio, 40% no Ensino Fundamental, 4% nível Superior e 16% estavam envolvidos em supletivos, cursos e graduação. Na questão de raça/etnia, 71% são negros, e na perspectiva de gênero, apenas três mulheres foram entrevistadas, a conclusão é que o ramo é majoritariamente masculino.

A partir da nova lógica do trabalho que marca a realidade dos entregadores por aplicativos, foi possível realizar o cruzamento de informações e diagnosticar que as demandas e necessidades do setor estão relacionadas com trabalho, renda, segurança e saúde. São temas complexos e que esbarram em diversas frentes. Após esse levantamento, transformamos as evidências encontradas em informações relevantes que deram destaque para os sujeitos dessa política. Isso permitiu identificar o problema social que será trabalhado: os impactos na saúde física e mental dos trabalhadores por aplicativos na cidade de São Paulo.

O dia a dia do trabalho dos entregadores propicia gatilhos estressores. A ausência de espaço para necessidades básicas como banheiro, alimentação e descanso e medo de não conseguir renda suficiente, ameaças de bloqueio, atrasos no trânsito, jornadas excessivas, relações de conflito com o cliente, problemas financeiros e outros geram ansiedade, depressão, cansaço e frustração, im-

¹³ Pesquisa do perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo - Disponível em: <<http://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Apresentac%C3%A7%C3%A3o-entregadores.pdf>>. Acesso em: 15 set. de 2020.

pactando diretamente a qualidade de vida, especialmente na saúde mental e física desses trabalhadores. Desta forma, se vê aqui uma oportunidade de ação para o poder público e parceiros agirem para mitigar essa realidade.

SOLUÇÕES: PONTOS DE DESCOMPRESSÃO

NA CIDADE DE SÃO PAULO¹⁴

Tendo em vista a ausência de um ambiente seguro de descanso para os entregadores entre os pedidos e o quanto isso impacta diretamente na qualidade de vida, os pontos de descompressão serão locais preparados para o acolhimento e segurança. Haverá espaço para alimentação, banheiros, água, recarga de celular, acesso à internet, estacionar motos/bicicletas e aguardar os pedidos em segurança. O objetivo dessa política pública é o de promover uma melhoria no cotidiano, atuando, ainda que diretamente, na saúde física e mental dos entregadores. Além disso, busca trazer para o cerne da agenda pública as demandas dos entregadores, promover maior interação com os territórios, redesenhar políticas públicas já existentes, influenciar práticas de trabalho decente¹⁵ e propiciar um arranjo institucional que amplie o alcance da política. O ideal é que o ambiente forneça os subsídios necessários para o mantimento da qualidade do trabalho.

Mas por onde começar? Para pensar na viabilidade dessa solução, é fundamental refletir sobre o que já temos disponível e o que precisamos articular para nos levar ao objetivo final. Seguindo um “fio lógico”:

a) Identificar o problema social e o seu impacto (população/necessidade):

Com base no diagnóstico anterior, já temos o problema identificado;

b) Levantamento baseado em conhecimento adquirido com políticas semelhantes e referências de boas práticas:

A experiência da cidade de Hortolândia com o “Posto amigo do entregador”¹⁶ pode ser uma inspiração. A ação foi idealizada em parceria com o Sindicato dos postos de combustíveis de Campinas e região (RECAP) e realizada pela Secretaria do Desenvolvimento

¹⁴ Os espaços para descanso e segurança em meio à jornada de trabalho dos entregadores foi uma demanda levantada pelos próprios entregadores. Essa necessidade surgiu em nossas revisões bibliográficas, bem como na entrevista realizada.

¹⁵ A questão do trabalho decente está inserida em um dos 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), conhecido como Agenda 2030. A promoção do trabalho decente e crescimento econômico é uma das metas que o Brasil precisa cumprir até 2030 - Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

¹⁶ Posto amigo do entregador - Disponível em <<http://www2.hortolandia.sp.gov.br/secretariadedesenvolvimento-economico/itemlist/tag/Posto%20Amigo%20>>. Acesso em: 15 set. 2020.

Econômico, Trabalho, Turismo e de Inovação. O espaço é destinado a todos os entregadores sem distinção de empresa. A política fornece um espaço seguro, água, café e banheiros gratuitos. Proporciona também um mapa online aos entregadores com a localização dos postos de gasolina que aderiram à política. A ação difere das iniciativas desenvolvidas pelo Rappi¹⁷ e pelo Ifood¹⁸ por sua capilaridade e capacidade de atendimento.

c) Redesenhar políticas já existentes como mecanismo de viabilizar a iniciativa:

A partir da solução proposta, entende-se que a escolha da política pública já existente na cidade precisa dispor de um espaço para alocar os pontos de descompressão, atender os critérios territoriais de alcance máximo à região de São Paulo e ser uma ação que permita dialogar com outras políticas públicas. Nesse caso, a política do WIFI-Livre SP conduzida pela Secretaria Municipal de Inovação é a que melhor permite a aplicabilidade da solução. Os postos de WIFI-Livre SP estão em 12 FabLabs (laboratórios de fabricação digital) e 132 telecentros da cidade, incluindo CÉUS, bibliotecas, praças, entre outros, conectando equipamentos públicos¹⁹. A iniciativa proporciona a expansão do WIFI por derivar da lógica de fornecimento de internet para quem mais precisa. Segundo os dados disponíveis, a expansão dessa política pública na cidade de São Paulo trouxe uma economia de R\$12 milhões de reais/ano para a prefeitura, o que demonstra o potencial para dialogar com outras iniciativas, inclusive a alocação os pontos de descompressão.

A escolha da solução deve levar em consideração a governança, a gestão, aspectos de governo aberto, as pessoas envolvidas, proporcionar inovação e admitir os recursos que serão aplicados. Esses tópicos se encontram na lista “do que precisamos” para viabilizar a solução:

¹⁷ <<https://revistapegn.globo.com/Startups/noticia/2020/02/rappi-abre-espacos-de-convivencia-e-descanso-para-entregadores-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 15 set. 2020.

¹⁸ <<https://www.promoview.com.br/categoria/digital/ifood-oferecera-pit-stops-para-entregadores-e-refeicoes-por-r-199.html>>. Acesso em: 15 set. 2020.

¹⁹ Confira a lista dos espaços públicos contemplados pelos postos do WiFi Livre SP - Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/u/0/embed?mid=1ayYcQQeESPZQt-2A6zkKc7tTupU5Y00FGll=-23.675781815799198%2C-46.7539146482001946z=10>>. Acesso em: 15 set. 2020.

ARRANJO INSTITUCIONAL

ESTRUTURA

ORGANIZAÇÃO

GOVERNANÇA

Executada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SM-DTE), liderada e regida pela Coordenadoria do Desenvolvimento Econômico.

Arranjo intersecretarial: Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte (SMT), Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT), Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Entregadores organizados, empresas, sindicatos, entre outros.

GESTÃO

Solução é barata porque aproveita o mapeamento e os espaços disponíveis do WiFi Livre SP para alocar os pontos de descompressão, evitando maiores gastos com estrutura em si.

Minimiza riscos à saúde física e mental dos entregadores por fornecer um espaço de descanso com possibilidade de alimentação, banheiro, internet com segurança.

Permite uma maior aproximação da Prefeitura para com os entregadores.

Permite o uso de equipamentos públicos, ocupando espaços, ao mesmo tempo que transforma os entregadores em articuladores e divulgadores desses espaços e suas finalidades.

Inteligente porque abre algumas janelas de oportunidades de incidência em políticas públicas. Oportunidade para que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico viabilize ações relativas às políticas de inclusão econômica como cooperativismo, empreendedorismo, entre outras. Vale destacar que algumas iniciativas acabam reforçando a precariedade ao invés de transformar o cenário. A fim de reverter esse cenário, é fundamental que o Poder Público adapte o que já existe a fim de que faça sentido à realidade dos entregadores, entendendo o contexto social, econômico e político em que o Brasil vive. A política de inclusão econômica precisa fazer sentido e ser condizente com a realidade desses indivíduos.

GOVERNO ABERTO

É uma solução levantada pelos próprios entregadores.

Prevê a inclusão dos entregadores no processo de elaboração, implementação e avaliação da política (participação social).

Prevê a gestão da informação, uma vez que não se tem dados sobre os entregadores em SP, essa é a oportunidade de organizar essas informações e no desenvolver da política pública disponibilizar essas informações para consulta através do acesso à informação a fim de fomentar pesquisas, avaliações e até mesmo melhorias em novas edições da política.

PESSOAS

Buscará desenvolver a expertise das equipes envolvidas sobre a temática, das equipes selecionadas para a coleta e monitoramento de dados, transformação cultural tanto no Poder Político, quanto dos espaços em que serão alocados os pontos de descompressão.

Mudança na qualidade de vida e do trabalho dos entregadores por aplicativos.

Proporcionará um maior conhecimento sobre as políticas públicas já desenvolvidas pela SMDTE e irá inspirar a elaboração/adaptação de outras que dialoguem com a realidade dos entregadores.

INOVAÇÃO

Utiliza da tecnologia digital.

Proporciona um impacto territorial (ampliação da noção de território através dos pontos do WiFi Livre SP).

Atende a todos os entregadores por aplicativo (sem distinção de empresa), público alvo que ainda não possui políticas específicas.

Mudança de cultura em trazer para o campo do debate público e agenda governamental o cotidiano desses trabalhadores.

Utiliza de uma política pública já existente no território para se desenvolver.

Arranjo institucional coletivo.

RECURSOS

Definir quantos pontos de descompressão serão desenvolvidos (metas) e quais as regiões que vão ser as pioneiras a partir do mapeamento advindo do WiFi Livre SP.

Estímulo à geração de renda na compra de equipamentos para os pontos de descompressão.

Parceria público-privada (empresas de aplicativos e outras interessadas). Um exemplo é a Uber patrocinando as ciclofaixas em SP, apoiando na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, ao mesmo tempo, que exerce sua responsabilidade social empresarial. Outro exemplo que serve de inspiração é o recente "Fundo Municipal de desenvolvimento social" que reúne recursos para financiar e apoiar projetos que envolvam mobilidade urbana.

EFETIVIDADE

Passo inicial para o enfrentamento do trabalho precário nesse ramo.

Uma solução necessária.

Possui capacidade de produzir e manter um efeito positivo a longo prazo.

Tem potencial de atingir eficiência (desdobramentos elevados em relação aos insumos necessários para viabilizá-la) e eficácia (durabilidade e qualidade).

Essa ideia de política pública é viável e possui um potencial relevante, tendo em vista a realidade dos entregadores:

- Promove apoio aos entregadores nos trajetos e jornadas, visto que poderão fazer suas entregas contando com espaços para descanso no caminho;
- Atua na questão da saúde física e mental dos entregadores, promovendo maior qualidade no trabalho;
- A solução foi proposta pelo próprio público alvo, o que enriquece o processo e traz legitimidade;
- Alcança todos os trabalhadores do setor (sem distinção de empresa);
- Propicia uma maior interação entre a Prefeitura e os entregadores, o que constitui uma janela de oportunidade para discutir políticas de inclusão econômica, como cooperativismo²⁰ e outras;
- Proporciona a possibilidade de coleta de dados e demandas dos entregadores que, até então, são limitadas;
- Não “inventa a roda”, pois utiliza uma política pública já existente para a sua implementação;
- Proporciona maior conhecimento dos equipamentos públicos²¹ e políticas públicas do território (WI-FI Livre SP alocados dentro de equipamentos públicos);
- Contribui para o desenvolvimento local das regiões periféricas da cidade e amplia a noção de território e pertencimento para além do centro de São Paulo;
- Promove maior articulação entre as unidades da Prefeitura, tendo em vista que é uma demanda que esbarra em outras frentes;
- Resgata a noção de responsabilidade social empresarial, permitindo que as empresas, não exclusivamente as de aplicativos, se envolvam no processo de elaboração, implementação e financiamento da política²².

20 O programa Municipal SP Coopera, de responsabilidade da SMDTE, buscará apoio ao cooperativismo - Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2020/5951/59501/decreto-n-59501-2020-regulamenta-a-lei-n-16836-de-8-de-fevereiro-de-2018-que-estabelece-diretrizes-da-politica-municipal-de-apoio-ao-cooperativismo-institui-o-programa-sp-coopera-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 15 set. 2020.

21 O Geosampa pode ser um caminho interessante para identificar os pontos e quais equipamentos públicos estão próximos e que poderiam ser passagem e atrativos para a finalidade aqui colocada.

22 Fundo Municipal de Desenvolvimento Social - Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2020/08/17/prefeitura-de-sp-autoriza-uso-de-fundo-municipal-em-corredores-de-onibus-e-ciclovias-para-deixar-deslocamentos-mais-seguros-em-epoca-de-covid-19/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

Vale destacar que, assim como outras políticas públicas, a solução proposta também apresenta algumas limitações que poderão ser contornadas:

- **Definição de metas:** Definir as metas e o prazo de cumprimento dependerá da articulação dos itens descritos anteriormente;
- **Viabilização através do WiFi Livre SP:** Retomar o contato com a Secretaria de Inovação (SMIT) a fim de articular essa possibilidade, entender o contrato de execução do WiFi Livre e suas contrapartidas, recursos já previstos (manutenção, custo diário e execução já adotada) e propor adicionar essa solução ao contrato;
- **Construção dos espaços:** Dependerá do mapeamento inicial e do diálogo com os gestores destes espaços, a fim de adequar os espaços já existentes à essa política;
- **Mantimento dos espaços:** As empresas participantes da execução irão apoiar. Vale a conscientização do uso do espaço junto aos entregadores (espaço coletivo);
- **Preconceito direcionado aos entregadores:** Além do diálogo com os gestores dos equipamentos a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) poderá realizar campanhas, oficinas e rodas de diálogos para desconstruir estereótipos;
- **Resistência dos entregadores à atuação da Prefeitura:** Em conversas com entregadores e pesquisas, pode-se observar uma resistência às intenções do poder público em querer promover ações afirmativas que beneficiem os entregadores. Isso torna ainda mais relevante a atuação da Prefeitura neste momento e abre oportunidades para que o Poder Público se aproxime de setores da população que mais precisam de sua atuação;
- **Conflito com as empresas:** Interesse em manutenção das taxas de lucro e dificuldades em articular e mobilizar as empresas podem ser uma limitação. Entretanto, recomenda-se que se considere a aproximação de organizações que atuem na mediação desse diálogo;
- **Patrocínio vindo de empresas:** Promove riscos jurídicos e de corrupção. Todos os envolvidos precisam estar municiados por instrumentos legais, como contratos e normas, que resguardem a integridade e transparência do processo, entendendo que corrupção afeta, de forma negativa, a execução dos direitos.

Pensando em uma atuação de longo prazo, sugerimos como solução complementar uma aproximação público-privada através do reconhecimento de boas práticas, sob a ótica da atuação dos entregadores por aplicativos. A perspectiva de se ter um “selo de boas práticas” é um instrumento de trazer para o campo das políticas públicas a responsabilidade do setor empresarial. Nesse caso, ao melhorar as condições de trabalho dos entregadores. Por meio do reconhecimento de boas práticas, as empresas tendem a assumir compromissos e transformar suas condutas. Além disso, é uma possibilidade de inspirar outras empresas para que elas também repensem em suas formas de atuação dentro do ambiente de negócios. A articulação profunda com organizações e frentes que já trabalham com esse mecanismo é fundamental para que essa solução seja viabilizada, a fim de entender seus ganhos e possibilitar um maior engajamento da retórica do selo junto às empresas. Uma sugestão é criar uma categoria sobre o ramo das entregas por aplicativos em algum selo que já esteja em desenvolvimento, impulsionando com mais força essa agenda.

Por fim, entende-se que as soluções aqui apresentadas foram direcionadas a um problema social específico identificado em nossas pesquisas sobre os entregadores por aplicativos. Esse problema demonstra a existência de lacunas e campos que podem ser explorados e que necessitam de uma atuação forte de todos os atores sociais. Reiteramos a importância de escutá-los e riqueza da experiência de sermos pontes entre o público alvo e a Secretaria, apresentando um recorte social tão conhecido, mas ao mesmo tempo invisível às políticas públicas.

Uma vez implementadas, a etapa de avaliação de impacto precisa ser considerada com cuidado. Isso porque tendo em vista a ausência de dados mais palpáveis sobre os entregadores, é nessa etapa que se obtém os resultados, alcances, o que funcionou e o que não saiu de acordo com o planejado, número de assistidos, qualidade do serviço, entre outros elementos essenciais. Sendo bem feita, esta etapa pode possibilitar a construção de outras políticas, iteração das que já existem e até mesmo estudos e pesquisas em cima desse conteúdo. Além disso, a divulgação de dados e resultados promove transparência e facilita o exercício da cidadania através do acesso à informação.

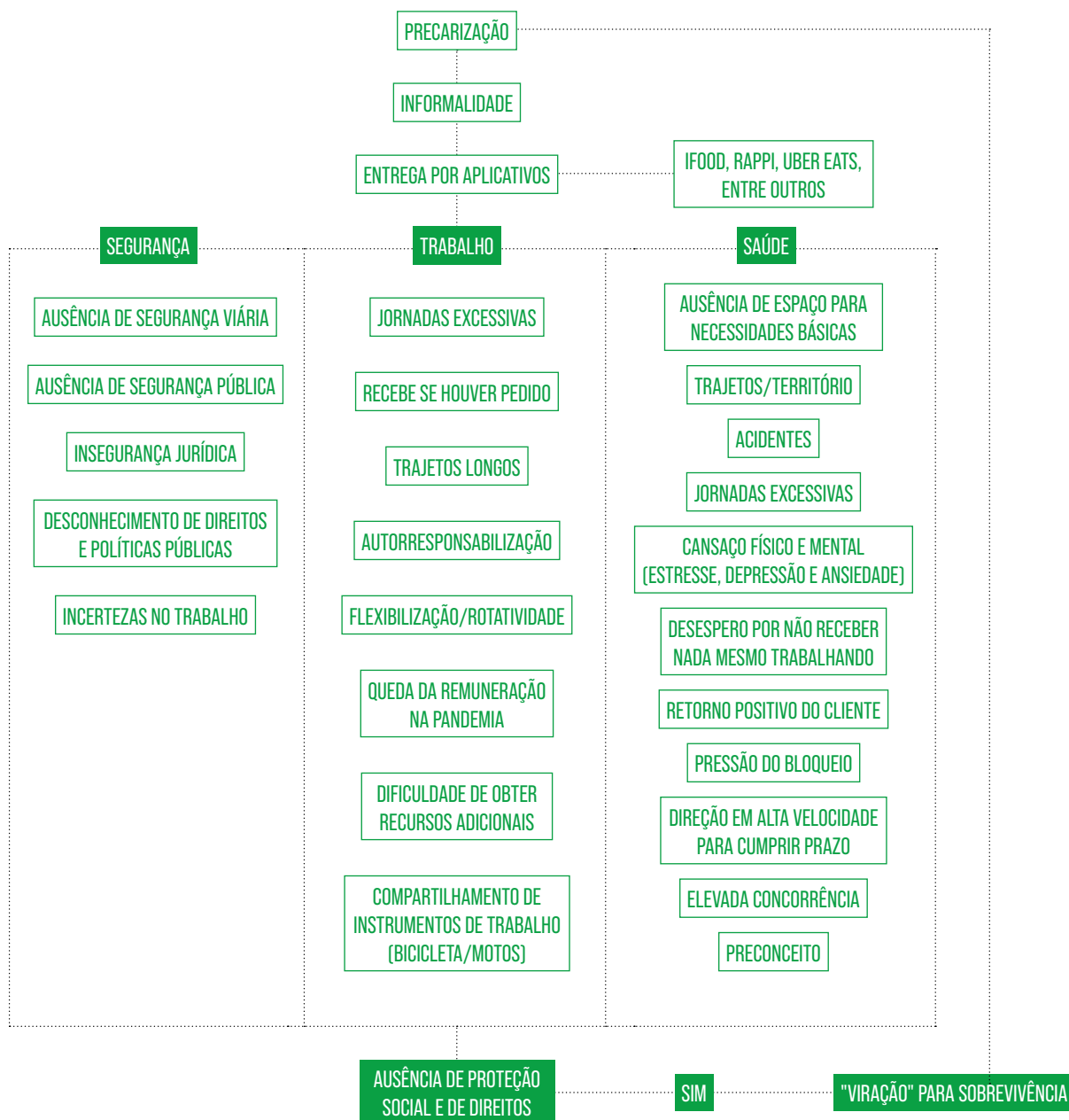
BIBLIOGRAFIA

HARVEY, David. *“Condição Pós-Moderna”*. São Paulo: Loyola, 1993.

TELLES, Vera da Silva. *“Mutações do trabalho e experiência urbana”* – Tempo Social, Revista de sociologia da USP, vol 18 n° 1 p. 173-195, junho 2006.

ANEXO I

Quadro 02 Sistematização do diagnóstico, realizado pelo grupo, a partir do levantamento bibliográfico e entrevista:



FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO AOS MAIS VULNERÁVEIS EM CIDADES DE PEQUENO PORTE: O CASO DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - PB

JEAN KARLO OLIVEIRA DE SOUZA, JOSE HILDO DE MACEDO,
JULIANA NUNES FELIX, LAISE FRANÇA NASCIMENTO DE LIMA,
LUCAS SILVA ANDRADE, MARÍLIA ORTIZ

RESUMO

O ano de 2020 será lembrado pela grave crise sanitária que assolou o planeta. Entretanto, os efeitos socioeconômicos podem mostrar-se tão graves (ou mais) quanto a pandemia de COVID-19. Em poucos meses, milhões de pessoas perderam suas fontes de renda e entraram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O poder público precisa repensar políticas sociais, readequando-as para a nova realidade. Os pequenos municípios, como Bananeiras-PB, terão desafios ainda maiores com a escassez de recursos. Localizado na Serra da Borborema, Bananeiras viu um dos seus principais setores econômicos, o turismo, paralisar por completo. O resultado foi o aumento do desemprego e da dependência de social aos programas de transferência de renda. Após a realização de entrevistas com população local e a análise de dados e experiências exitosas, esperamos ter encontrado soluções viáveis que auxiliem os socialmente vulneráveis e que fortaleçam a economia local.

CONTEXTO

Bananeiras fica a 141km de João Pessoa, a capital da Paraíba. A cidade compõe o brejo paraibano, região no interior do estado. Com cerca de 22 mil habitantes, a cidade enfrenta com preocupação a crise causada pela pandemia do novo coronavírus e seus impactos sanitários, sociais e econômicos.

A agropecuária é um setor importante para o município. A cidade é a segunda maior produtora de banana do estado, segundo CensoAgro 2017 (IBGE)¹. Também há produção importante de milho e mandioca, além da pecuária bovina, caprina e ovina. Segundo levantamento da Prefeitura Municipal de Bananeiras, o setor é representado por cerca de 3.500 propriedades rurais em território bananeirense.

Os setores de comércio e serviços também representam parcela considerável na economia da cidade, concentrando cerca de 20% dos vínculos formais, segundo dados do Ministério da Economia. De clima mais ameno que os demais municípios do agreste paraibano, Bananeiras possui forte potencial turístico, dispondo de hotéis, pousadas e restaurantes que enxergam na cidade um ambiente propício para a atividade.

Além dos turistas que recebe, Bananeiras acolhe também alunos, professores e técnicos no Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias – CCHSA, que compõe o Campus III da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O Campus oferece os cursos de Graduação em Agroindústria, Administração, Pedagogia e Agroecologia. Oferta também o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, além de outros Cursos Técnicos presenciais em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura e Nutrição e dietética, além dos cursos de Informática, Cooperativismo e Meio Ambiente.

Assim como grande parte dos municípios de pequeno porte do país, Bananeiras obtém considerável porcentagem de suas receitas com transferência do Governo Federal. Do total de R\$ 49,6 milhões em receitas, aproximadamente 87% do total é oriundo de fontes externas (IBGE, 2018).

A Prefeitura possui importantes ferramentas de fomento ao desenvolvimento econômico local, como a Casa do Empreendedor e a adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

O contexto da atual crise dificulta ainda mais as ações do poder público municipal, que precisa se preocupar com o desemprego, a vulnerabilidade social e a queda da atividade econômica. O cenário encontrado em Bananeiras é semelhante àquele observado em grande parte dos municípios brasileiros. A baixa arrecadação, a dependência de atividades de comércio e serviço e cadeias produtivas pouco adensadas se agravaram no contexto da pandemia.

¹ Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

Os impactos da pandemia do Coronavírus vão além dos aspectos sanitários. Eles se estendem às questões econômicas e sociais. Em todo o mundo, impactos financeiros e socioeconômicos estão sendo sentidos, gerando grandes desafios para a gestão pública.

A autopreservação através do isolamento social demandado pela pandemia gerou um problema de ação coletiva. Com o distanciamento, veio um choque econômico que afetou a realidade dos trabalhadores informais, micro e pequenos empresários, e elevou o desemprego. Essa gama de indivíduos, antes autossuficientes, passou a depender de programas sociais de transferência de renda como o auxílio emergencial para atender as suas necessidades básicas, como alimentação, higiene e moradia.

Com o fim do auxílio emergencial, a segurança socioalimentar dos denominados “vulneráveis sociais temporários” será testada. Isso exige do poder público rapidez e prontidão na oferta de proteção social e auxílio aos grupos economicamente impactados.

Diante do cenário desenhado pela Covid-19, pequenos municípios como Bananeiras encontram dificuldades para gerir os novos problemas socioeconômicos. Isso em razão das baixas receitas municipais e da grande dependência dos repasses financeiros do estado e da união.

Após análise do contexto local, é possível visualizar algumas circunstâncias socioeconômicas municipais que impactam direta ou indiretamente no agravamento do quadro da população vulnerável. Ou, ainda, circunstâncias que, caso readequadas, podem auxiliar na recuperação dos novos vulneráveis temporários.

A população que recebe programas de transferência de renda, em grande parte, vive com os recursos transferidos, não havendo incentivos na busca da complementação de renda. Já os Microempreendedores Individuais (MEI), com a redução da circulação na cidade, ficaram com suas rendas comprometidas e mantiveram suas necessidades básicas quase que exclusivamente com os programas de auxílio emergencial temporário.

Os produtores rurais familiares foi outro público-alvo que teve sua exposição à vulnerabilidade ampliada no contexto da pandemia. Durante o período de isolamento social, eles foram prejudicados por não vender nas feiras de agricultura familiar das cidades vizinhas, bem como pela interrupção do fornecimento para o programa de merenda escolar² e para restaurantes e hotéis da cidade em função da queda do número de turistas na cidade.

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura de Bananeiras, considerando o total de 3.500 agricultores familiares cadastrados,

² A interrupção da merenda escolar deu-se por, aproximadamente, três meses até que fossem retomadas as aquisições para a composição de cestas de alimentos para consumo em casa pelos alunos.

apenas 45 destes fornecem seus produtos para o programa de merenda escolar. Anualmente, o programa destina cerca de 800 mil reais do orçamento municipal para a compra de merenda proveniente de agricultores familiares.

Foi observado que grande parte desses produtores, principalmente os localizados em terrenos mais afastados do centro, não possuem incentivos para a produção de insumos que sejam encaixados em cadeias produtivas rentáveis e não estão capacitados para escoar os seus produtos.

Muitos desses vulneráveis temporários não conseguirão se recuperar sozinhos, haja vista a letargia do retorno econômico para os profissionais liberais e a drástica realidade do desemprego. Com o fim do auxílio emergencial, espera-se que muitos dos novos vulneráveis sociais, que tiveram suas condições de trabalho comprometidas ou impedidas pela pandemia, não possuirão condições de arcar com suas necessidades básicas. Entrarão em situação de vulnerabilidade, agravando o quadro crítico geral causado pela pandemia da Covid-19.

O QUE PRECISA MUDAR

Durante a imersão no tema, identificamos os seguintes aspectos que a solução deverá abarcar:

a) Formular política de transição da renda emergencial

De acordo com o Cadastro Único do município de Bananeiras, o total de famílias beneficiárias do Bolsa Família no mês de agosto de 2020 foi de 3.492, totalizando 11.592 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa. Por sua vez, a Prefeitura de Bananeiras informou que 699 famílias receberam o benefício emergencial do Governo Federal, perfazendo o total de 3.156 pessoas.

Um estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apontou que cerca de 4,4 milhões (6,5%) de domicílios brasileiros sobreviveram ao mês de julho apenas com a renda do Auxílio Emergencial. Entre os domicílios mais pobres, os rendimentos atingiram 124% do que seriam com as rendas habituais.³ A mesma pesquisa demonstrou que o benefício chegou a 80% dos domicílios mais pobres do país e ampliou em mais de 23% o rendimento de famílias da região nordeste (IBGE). Também contribuiu para reduzir a extrema pobreza ao menor nível em 40 anos no país.

O salto do benefício médio do Bolsa Família no valor de R\$ 190 para, no mínimo, R\$ 600, evidenciou a importância de uma po-

³ Notícia disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/09/auxilio-emergencial-e-prorrogado-ate-dezembro#:~:text=0%20Presidente%20Jair%20Bolsonaro%20anunciou,adicionais%20ser%C3%A1%20de%20R%24%20300>

lítica de renda básica para a redução da pobreza, ainda mais no contexto de situação de calamidade, no qual a atividade econômica foi drasticamente impactada.

Mais de metade da população de Bananeiras é beneficiária do Bolsa Família. 54,7% da população possui rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (IBGE, 2018). Isto posto, consideramos que o município precisa formular e implementar políticas públicas próprias de transferência de renda e outros benefícios sociais que garantam condições dignas de vida para seus cidadãos.

b) Estimular o consumo interno

Durante as entrevistas realizadas com habitantes, foi observado que há uma prática de consumo que não fortalece a economia local. Identificou-se que diversas pessoas costumam realizar suas compras básicas em municípios vizinhos, como Solânea (26,4 mil habitantes), ao invés de adquirir os produtos no seu próprio município e apoiar o comércio local.

Nesse sentido, uma alavanca importante da solução deve ser o estímulo ao consumo interno e o incentivo de compra dos pequenos produtores rurais para que a economia local se desenvolva. Atualmente, os benefícios de transferência de renda não vinculam o consumo a estabelecimentos no município de origem e/ou aquisição de produtos de pequenos agricultores – o que consideramos oportunidades contempladas pela solução eleita.

c) Conectar produtores e consumidores

Durante as entrevistas, foi identificado que o mercado consumidor de hotéis e restaurantes possui vasta oportunidade de adquirir alimentos dos produtores locais. Há algumas parcerias com cooperativas de agricultores, porém são iniciativas singulares que poderiam ser ampliadas em escala.

Identificou-se espaço para realizar campanhas de conscientização dos donos de estabelecimentos comerciais sobre a possibilidade de adquirir produtos dos agricultores familiares. Isso estimula a variação do cardápio em função da sazonalidade de alguns produtos e incentiva a agregação de valor junto aos seus clientes pelo comércio justo e que valoriza a sustentabilidade.

d) Aprimorar capacidades de produção e comercialização dos agricultores

Do total de cerca de 3.500 agricultores do município de Bananeiras, a Prefeitura estima que pelo menos um terço esteja em uma situação mais delicada de vulnerabilidade. Muitos produzem os mesmos alimentos que consomem, configurando uma agricultura de subsistência. Há pouco valor agregado à produção e baixa

aderência a um mercado consumidor exigente, formado pelos turistas e frequentadores de hotéis e restaurantes.

Nesse sentido, é preciso formular um programa especial para esses agricultores. A iniciativa deve contemplar a capacitação do público alvo para que ele aprimore suas técnicas de produção e comercialização. Com isso, será possível ampliar a capacidade produtiva desses agricultores, além de identificar novas oportunidades de negócios. O incentivo ao associativismo com apoio técnico para produção, logística e microcrédito são indispensáveis para a agregação de valor aos produtos e inserção desses indivíduos na cadeia produtiva.

e) Estimular novas parcerias com ênfase na universidade

O Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias – CCHSA que compõe o Campus da Universidade Federal da Paraíba – UFPB representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento das políticas de agricultura familiar no município, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de novas cadeias produtivas e aprimoramento das já existentes.

De acordo com o site institucional do CCHSA, *“O campus centra seu foco de atuação no conceito de cadeias produtivas, o que é viabilizado pela estrutura que dispõe de laboratórios didáticos como o Abatedouro Escola, Setor de Laticínios, Setor de Processamentos de Frutas e Hortaliças, Laboratório de Fisiologia Pós-Colheita, Laboratório de Controle de Qualidade de Alimentos, Padaria Escola, Laboratório de Ciências Biológicas, Clínica Fitossanitária, Laboratório de Entomologia, Campos de Produção de Mudanças, Hortaliças, Fruteiras e Viveiros, Laboratórios Práticos de Rancultura, Apicultura, Bovinocultura, Suinocultura, Caprinocultura e Ovinocultura, Cunicultura, Avicultura, Reprodução e Inseminação Artificial”*.

Essa ampla gama apresentada demonstra as possibilidades e expertise que a universidade representa para o desenvolvimento de novas cadeias produtivas. Por outro lado, os servidores da Prefeitura entrevistados acreditam que a atuação da universidade poderia ser mais bem alinhada às políticas municipais existentes. A Prefeitura poderia estimular projetos que são aplicados na universidade, premiando as melhores iniciativas de pesquisadores para promover o desenvolvimento de cadeias produtivas locais.

Outras organizações possuem o potencial de, ao lado da universidade, promover o desenvolvimento local dos empreendedores rurais, bem como fomento ao desenvolvimento de novos negócios consumidores. Nesse rol de organizações, destacam-se: EMATER, EMPAER, SEBRAE, associações de restaurantes, hotéis, cooperativas de produtores, bancos para microcrédito, entre outras.

SOLUÇÕES E VIABILIDADE

Após a análise de contexto e o mapeamento de aspectos que a política formulada deveria abarcar, o grupo identificou na literatura e nas experiências de economia solidária a inspiração para as soluções. De acordo com Domingues (2009, p. 2 apud Araújo et al, 2018), a economia solidária *“é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação econômica, criando uma alternativa forte e sustentável”*.

Um dos maiores expoentes no país da economia solidária, o acadêmico e Secretário Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) Paul Singer (2008), define economia solidária como *“um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto”*. Trata-se, portanto, de um modelo contra hegemônico que questiona o capitalismo, a forma de administrar os meios de produção e as relações de trabalho.

Desde 2005 a SENAES/MTE passou a investir no apoio à implantação e consolidação dos Bancos Comunitários. A secretaria fomenta seu potencial de articular, simultaneamente, produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local como catalisador das ações do desenvolvimento territorial (Júnior et al, 2007).

No II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado em abril de 2007 em Iparana (CE), foi cunhada a definição: *“Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias) e organizações de consumidores e produtores”*.

A iniciativa pioneira no país de Banco Comunitário foi o Banco Palmas, inaugurado em janeiro de 1998 no Conjunto de Palmeira, bairro situado na periferia de Fortaleza (CE). Com uma alternativa inteligente, os Bancos Comunitários se tornaram uma ferramenta eficaz e rápida para combater a crise, estando na ponta da cadeia e auxiliando no fortalecimento da cadeia produtiva local. Atualmente,

4 Informação extraída da matéria do Le Monde Diplomatique: <https://diplomatique.org.br/bancos-comunitarios/>

segundo o Instituto Palmas, existem mais de 115 bancos comunitários no Brasil, presentes em 20 estados brasileiros e 41 municípios. Só no Nordeste, há 42 Bancos Comunitários que movimentam a economia de pequenos municípios.

Entre os serviços oferecidos pelos Bancos Comunitários, destacam-se:

- **Crédito produtivo:** para incentivar a criação ou ampliação de novos negócios;
- **Crédito para consumo:** feito em moeda social para estimular o consumo local;
- **Fundo solidário para compras conjuntas:** feito por um grupo de empreendedores de um mesmo ramo de atividade para conseguir melhores preços junto ao fornecedor.

Como política recomendada à Prefeitura de Bananeiras, apresenta-se a proposta da Moeda Social Digital. Tem como público-alvo, principalmente, a população mais vulnerável da cidade e pode auxiliar o enfrentamento da crise econômica gerada pela pandemia da Covid-19. Associada a esta solução, busca-se ainda estimular a cultura do ecossistema da economia solidária por meio de clubes de compras e de trocas, bem como o fortalecimento de cooperativas de agricultoras por meio de novos arranjos produtivos locais.

Moeda Social Digital: inspirações para o desenho da proposta e arranjo da implementação

Como alternativa à transição da renda mínima emergencial aos mais vulneráveis, propõe-se a implantação da Moeda Social Digital. Diversos estudos de avaliação de impacto sobre os programas de transferência de renda têm comprovado que, além do impacto direto no bem-estar e segurança alimentar e nutricional dos beneficiários, há um efeito multiplicador na economia. Estima-se que, para cada 1 real investido no Bolsa Família, há a adição de valor superior ao PIB. Um estudo do IPEA aponta a adição R\$ 1,78, e outros da FGV apontam R\$ 1,98. Ou seja, ao optar por uma política de renda básica num contexto de vulnerabilidade ampliada em decorrência da pandemia da Covid-19, há um duplo impacto positivo tanto no aspecto social como no desenvolvimento econômico do município.

As primeiras experiências de moeda social remontam o ano de 1998 no Brasil. No país, os modelos das moedas sociais adotadas seguem a experiência da pioneira – a moeda Palmas –, que é indexada e lastreada em reais (1 palma vale 1 real). Ao longo da década de 1990, o modelo de moeda social vigente foi operado em dinheiros alternativos em papel. A partir de 2015 nasce a primeira versão da Moeda Social do Banco Palmas em formato Digital.

São José do Arraial é um município piauiense com aproximadamente 8 mil habitantes. Desde que instalou sua moeda social, o CAOCAL, a cidade registrou aumento de receita no município e tirou mais de 30% da população da linha da pobreza, sem falar no fortalecimento do comércio local. A cidade não registra um assalto há cerca de um ano. Esses e outros casos mostram que a viabilidade social e econômica é um fator significativo para mudanças de estruturas econômicas em pequenos municípios e melhora a qualidade de vida da região.

Vamos citar aqui três experiências de Moeda Social Digital: Maricá-RJ, Limoeiro de Anadia-AL e Distrito de Campo Limpo, na cidade de São Paulo. O sistema de pagamentos utilizado nesses municípios funciona por meio de um cartão ou por meio de um app que permite realizar compras pelo sistema NFC. Com isso, é possível fazer pagamentos de débito ou crédito por aproximação, fazer transferências, pagar contas e ver saldos e extratos.

No caso de Maricá, município com 127,4 mil habitantes, a política da Moeda Social Digital e diversos benefícios sociais são viabilizadas por meio de recursos advindos dos royalties do petróleo. O município é um dos recordistas nacionais em royalties e participação especial do petróleo. Em 2019, recebeu R\$ 1,1 bilhão proveniente dessa fonte de receita.

Já Anadia, com 26,9 mil habitantes, assemelha-se ao contexto do município de Bananeiras e à realidade de diversos outros municípios brasileiros. Anadia conseguiu viabilizar a política de Moeda Social Digital por meio de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social. Um projeto de lei enviado à Câmara, viabilizou um Conselho Municipal de Economia Solidária, com a previsão de um banco comunitário, como a moeda social e o programa de renda mínima.

No Distrito de Campo Limpo, região do extremo da Zona Sul da cidade de São Paulo e com população de 211 mil pessoas, o que move a economia local é o Banco Sampaio, um banco social que tem a moeda SAMPAIO e é aceita em diversos estabelecimentos comerciais da região. O Banco Sampaio sobrevive de doações e pequenos juros nos empréstimos em moeda corrente nacional ou em Sampaio. Com isso, o banco adquire um fundo para reinvestir nos microcréditos na comunidade, sendo hoje uma referência de banco comunitário em regiões de grande população.

De acordo com um manual técnico do programa, há previsão na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social para tal política: “Os recursos dos fundos municipais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são passíveis desta mobilização, conforme preconizado na seção III, da Norma Operacional Básica, que trata do co-financiamento. No seu artigo 51 prevê o

financiamento de programas e projetos, desde que estejam em acordo com os objetivos do SUAS. Neste caso, o Programa Renda Melhor e o programa emergencial de renda básica enquadram-se naquilo que é definido como uma das responsabilidades do SUAS, no artigo 53, item IV, que contempla projetos de enfrentamento da pobreza e recomenda, em parágrafo único que “os municípios e o distrito federal quando instituírem programas de transferência de renda, poderão fazê-lo, preferencialmente, integrados ao Programa Bolsa Família.”

Após a aprovação da lei, a Prefeitura de Abadia lançou, em 20 de dezembro de 2019, a operação de pagamento do Programa Renda Melhor para 1004 limoeirenses, no valor de R\$70,00. No contexto da pandemia de Covid-19, foi criado um programa complementar, estendendo o benefício a mais 996 cidadãos entre maio e julho de 2020. A partir de julho, o programa emergencial foi ampliado a mais 500 pessoas por três meses.

À luz dessa experiência, recomenda-se o programa de Moeda Social Digital de Bananeiras. Sugere-se que o município inicie o programa de Moeda Social Digital a 1000 bananeirenses e, conforme for avaliando a experiência e identificando oportunidades de financiamento, vá ampliando gradativamente os beneficiários e valor do recurso. A Secretaria Municipal de Assistência Social teria papel central para a focalização dos beneficiários por meio do Cadastro Único. A previsão orçamentária anual para a política de Moeda Social Digital, considerando o valor de 70 reais mensais para 1000 pessoas, por ano, é de 840 mil reais.

No caso de Bananeiras, a inovação da iniciativa da Moeda Social Digital seria o estímulo ao consumo de produtos de agricultores familiares em cooperativas do próprio município por meio de clubes de compras e feiras de trocas, promovendo a circulação de produtos e serviços e o fortalecimento da economia local.

Os **clubes de trocas** consistem na movimentação de produtos e serviços locais em que um organizador chama a população para expor os seus produtos – sempre em boas condições de uso – ou para divulgar os seus serviços. Importante destacar que, nesse modelo de clube, não entra moeda vigente, tudo é trocado. Há possibilidade de trocar um bolo caseiro ou tapete de crochê por um serviço de electricista. Com isso, é possível estimular a economia solidária como cultura na relação entre os cidadãos.

Os **clubes de compras** consistem em uma organização de famílias que, a partir do consumo mensal, compram coletivamente os alimentos direto de pequenos produtores, eliminando o intermediário. Esse tipo de organização consiste em uma pequena liderança para captar as famílias que desejam se associar a este clube por um pequeno preço simbólico mensal. As compras poderão ser efetuadas por meio da Moeda Social Digital ou em real.

Em função do contexto de pandemia da Covid-19, e acompanhando a tendência de serviços on line, recomenda-se que os clubes de compras e de trocas sejam adaptados para plataformas web. O WhatsApp e a ferramenta de coordenação de grupos por regiões, conectando cooperativas de agricultores com o público consumidor, são soluções gratuitas que, se bem geridas, podem ser efetivas em seus propósitos; essa é uma alternativa caso não haja recursos para o desenvolvimento de uma plataforma própria.

Uma experiência que serve como inspiração é o Projeto Junta Local (RJ), que promove “o acesso mais democrático à comida boa, local e justa”. Trata-se de uma plataforma que reúne pequenos produtores a consumidores por meio de feiras e uma sacola virtual. A sacola virtual ganhou maior vulto durante o período de pandemia. Nela, é possível que o agricultor cadastre os seus produtos, o consumidor selecione o que deseja e receba em sua casa. O modelo da Junta Local tem grande possibilidade de ser adaptado e replicado ao contexto da cidade de Bananeiras, privilegiando os agricultores do município.

A viabilidade para implementação de soluções de economia solidária no município de Bananeiras é alta, seja pelo custo factível da política ou pelos arranjos institucionais sugeridos para implementação das propostas. Ressalte-se ainda que o município já possui reconhecimento por sua atuação no Programa de Aquisição de Alimentos, como também o apoio aos micro e pequenos empreendedores em parceria com o SEBRAE.

Outra excelente oportunidade de financiamento aos micro e pequenos empreendedores que pode ser associada à proposta do Banco de Desenvolvimento Comunitário é o Fundo Empreender Bananeiras, composto pela taxação de 1% sobre os contratos de fornecedores de produtos ou serviços nos termos da Lei Municipal 578 de 10 de outubro de 2013. Associado ao Fundo, além da concessão de microcrédito, há previsão de apoio aos empreendedores de base informativa, assessoria contábil, administrativa e jurídica. Em 2020, há a previsão de aplicar, por meio do fundo, 100 mil reais. Desses recursos já foram liberados aproximadamente 60 mil reais.

Incentiva-se que o Fundo seja articulado a projetos aplicados do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias – CCHSA/UFPB, que estimulem o desenvolvimento e aprimoramento das cadeias produtivas locais. Os agricultores têm enorme potencial de refinar o seu repertório de produção e realinhar a criação de animais ou técnicas de plantio de acordo com tendências ou necessidades identificadas em pesquisas com o público consumidor.

O município também está criando outras formas de auxiliar o desenvolvimento dos arranjos produtivos, a exemplo de um mercado municipal para os pequenos empreendedores venderem seus produtos. Linhas de créditos, formação dos pequenos empreendedores e rede de serviços forte criam um organismo vivo e movimento favorável para a implementação das ações de economia solidária aqui elencadas.

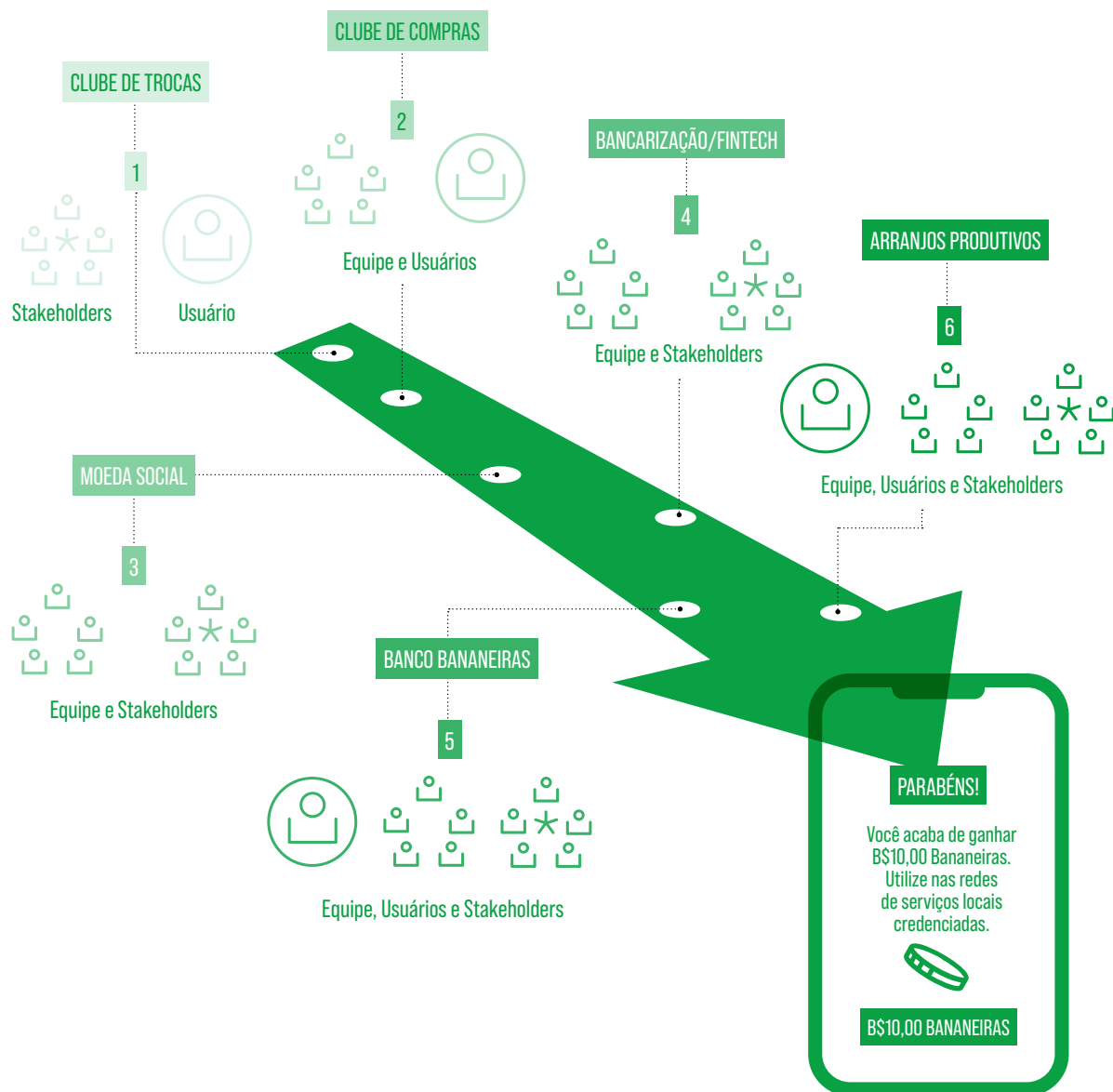
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto diagnosticado em Bananeiras pode ser refletido pelas características marcantes dos chamados *wicked problems*⁵. Neles, estão presentes, por exemplo, a interdependência entre os problemas e a necessidade de mudança de comportamento. A solução aqui proposta considera a natureza do problema ao atuar de forma holística, e não linear, além de considerar a necessidade de articulação entre atores e instituições.

A necessidade de atingir o público-alvo no curto prazo, bem como preparar as bases de um desenvolvimento permanente, se faz presente e, por isso, propõe-se uma solução que esteja baseada na Economia Solidária. Os clubes de compras e de trocas são iniciativas de implementação passível de execução de maneira ágil e segura. Aproveitar a presença da Universidade para firmar parcerias que proporcionem aumento do valor agregado da produção rural bananeirense, se aproveitando de recurso já estruturado, como no caso do Empreender Bananeiras, pode estimular o desenvolvimento sustentável.

Por fim, as experiências de implementação da Moeda Social já mapeadas facilitam e dão norte à implementação dessa solução em Bananeiras, tão importante e com enorme potencial de reduzir a vulnerabilidade.

⁵ Conceitualmente sugerido por Horst Rittel, pioneiro do design e projeto e professor da Universidade da Califórnia, em Berkeley, e M. Webber, *Wicked Problems*, de maneira sintética, são problemas incompletos, contraditórios e com requisitos mutáveis; as soluções para eles são frequentemente difíceis de se reconhecer por conta de sua interdependência com outros fatores.



BIBLIOGRAFIA

GODOY, T. P.; SANTOS, L. A.; WEGNER, R. S.; GODOY, L. P.; SILUK, J, C, M. Análise e reflexão a partir da revisão bibliométrica sobre o estado da arte do tema economia solidária no Brasil. In: Simpósio de engenharia de produção, 2014. Anais eletrônicos. Disponível em :<http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep.php?e=9>. Acesso em: 29 mar. 2015.

LAVILLE, J. L. Economia solidária, a perspectiva européia. Sociedade e estado, Brasília, v. 16, p. 1-2, jun. 2001.

Nota Técnica - 2020- Abril - Número 67- Disoc : Proteção Social aos Mais Vulneráveis em Contexto de Pandemia: Algumas Limitações Práticas de Auxílio Emergencial E a Adequação dos Benefícios Eventuais Como Instrumento Complementar de Política Socioassistencial - Autores: Marco Natalino e Marina Brito Pinheiro. Encontra-se em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35536&Itemid=1

FOLHA DE SÃO PAULO "Pobres devem perde o trem d volta para a economia pobre de 2019" <https://isnportal.com.br/editorias/economia/2020/09/05/pobres-devem-perder-o-trem-de-volta-para-a-economia-pobre-de-2019#:~:text=Pobres%20devem%20perder%20o%20trem%20de%20volta%20para%20a%20economia%20pobre%20de%202019,-Por%20Folha%20de&text=Em%20julho%20do%20ano%20passado,regi%C3%A3o%20metropolitana%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.&text=A%20economia%20se%20recupera%2C%20na,despiora%2C%20dizem%20os%20grandes%20n%C3%BAmeros> . Acesso em 3 set 2020.

http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/ii-conpes/gt06/1/araujo_alcione_lino_de_rodrigues_bethania_avila_canteri_maria_helene_giovanetti_bittencourt_juliana_vitoria_messias_2.pdf

Economia solidária. Estud. av., São Paulo, v.22, n.62, pág. 289-314, abril de 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 de setembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000100020>

<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2557.pdf>

<https://www.politize.com.br/economia-solidaria-moeda-social-caso-de-palmas/>

<https://www.institutobancopalmas.org/a-revolucao-das-moedas-sociais-do-almacard-ao-e-dinheiro/>

<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2557.pdf>

What is a policy paper? Disponível em: <https://politicalscienceguide.com/home/policy-paper/> Acesso em 21 set. 2020

<https://openmaster.org.br/publicacoes/>

ON OPEN MASTER ON OPEN M
MASTER ON OPEN MASTER O
ON OPEN MASTER ON OPEN M
MASTER ON OPEN MASTER O
ON OPEN MASTER ON OPEN M
ON OPEN MASTER ON OPEN M
MASTER ON OPEN MASTER O
ON OPEN MASTER ON OPEN M
ON OPEN MASTER ON OPEN M
MASTER ON OPEN MASTER O
ON OPEN MASTER ON OPEN M
MASTER ON OPEN MASTER O
ON OPEN MASTER ON OPEN M



REALIZAÇÃO



Escola de
Políticas
Públicas



COFINANCIAMENTO



UNIÃO EUROPEIA